

PROJETO DE LEI N.º 4.850, DE 2024

(Do Sr. Lucio Mosquini)

Altera o Código de Trânsito Brasileiro para regulamentar o uso de radares móveis, autorizando seu uso apenas em trechos de rodovias onde a velocidade máxima seja constante.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-5211/2020.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº

DE 2024

(Do Sr. LUCIO MOSQUINI)

Altera o Código de Trânsito Brasileiro para regulamentar o uso de radares móveis, autorizando seu uso apenas em trechos de rodovias onde a velocidade máxima seja constante.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° O Art. 61 do Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3° , 4° e 5° :

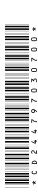
"Art.61	 	 	

- § 3º A fiscalização por meio de radares móveis, nas estradas e rodovias, deverá ocorrer exclusivamente nos trechos onde a velocidade máxima permitida seja constante.
- § 4º Nas rodovias com velocidades diferenciadas, a fiscalização eletrônica deverá ser realizada por radares fixos, devidamente sinalizados com placas indicativas.
- §5º Nas vias urbanas, a fiscalização eletrônica será executada por regulamentação específica". (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente alteração visa assegurar que a utilização de radares móveis tenha como principal objetivo a segurança viária e a prevenção de acidentes, e não apenas a arrecadação de multas. É comum que esses





radares sejam posicionados em locais onde há mudanças abruptas de velocidade, pegando os motoristas desprevenidos, o que desborda da intenção normativa.

Tal prática, além de não contribuir de maneira significativa para a segurança no trânsito, cria uma percepção de fiscalização punitiva entre os motoristas, o que pode prejudicar a confiança nas autoridades de trânsito. Com essa medida, busca-se tornar a fiscalização de trânsito mais transparente e direcionada à prevenção de acidentes, preservando o caráter educativo das sanções e promovendo o respeito aos limites de velocidade.

Diante do exposto solicito o apoio dos meus pares para a alteração na lei de trânsito possibilitando a racionalização na utilização de equipamentos de aferição de velocidade nas estradas brasileiras.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2024.

Deputado LUCIO MOSQUINI







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI N° 9.503, DE 23 DE	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199709-		
SETEMBRO DE 1997	<u>23;9503</u>		

FIM DO DOCUMENTO